

## **Prefeitura de Aracaju**

### **Primeiro conjunto de perguntas**

- 1) Gostaria de saber se Aracaju possui um Plano de Ação em relação às mudanças climáticas? Se tiver, poderia enviar o documento?**

**Resposta:** Ainda não

- 2) Se não tiver, existe alguma previsão/planejamento da Prefeitura para elaboração do Plano?**

**Resposta:** A previsão do planejamento estratégico é para ser elaborado no segundo semestre de 2023

- 3) Seria possível conversar com alguém para saber mais sobre como Aracaju está trabalhando a questão das mudanças climáticas?**

**Resposta:** No momento, a servidora que está a frente dessa pasta se encontra de férias, irá retornar no próximo mês.

### **Segundo conjunto de perguntas**

- 1) Quais os impactos causados pelas fortes chuvas registradas em maio?**

**Resposta:** Historicamente, o mês de maio é o mais chuvoso do ano, em Aracaju, com média de 275 milímetros de volume acumulado. Neste ano, esse dado foi superado com o volume de 537 milímetros, de acordo com os pluviômetros que integram o sistema de monitoramento da capital, o ClimAju.

Nesse período, a Defesa Civil da capital emitiu dois alertas de chuva, sendo o primeiro deles no dia 18 e o segundo no dia 21. Desde a emissão do primeiro alerta, o órgão atendeu a 210 ocorrências registradas através do número emergencial 199, em sua maior parte para avaliação de riscos estruturais, somando 94 solicitações, e outras 14 sobre colapsos totais ou parciais. Entre ocorrências de deslizamento de terra e avaliação de riscos dessa natureza, nesse período, foram registradas 19 ocorrências. Na capital não houve feridos ou vítimas fatais em razão dos efeitos do grande volume de chuva.

Também houve a emissão de um alerta para risco de inundação, no dia 23. Associado ao alerta uma força-tarefa da Prefeitura de Aracaju foi designada para executar os protocolos do Plano de Contingência dedicado à mitigação dos efeitos do transbordamento do rio Poxim, no Largo da Aparecida, situado no bairro Jabotiana.

- 2) Quais foram as medidas adotadas pela Prefeitura em resposta às fortes chuvas de maio?**

**Resposta:** A Prefeitura de Aracaju atua de forma planejada e estratégica para reduzir os impactos ocasionados pela chuva, principalmente com medidas preventivas. O trabalho cotidiano de limpeza e desobstrução dos canais de drenagem urbana, a execução de calendário

de limpeza de canais, o constante monitoramento de áreas de risco e atualização do mapeamento das áreas mais sensíveis, na capital, são atividades que contribuem para a redução de transtornos.

Durante a incidência das chuvas, há mobilização dos órgãos que integram o Comitê de Gerenciamento de Crise, para a execução do Plano de Contingência e resposta aos eventos adversos. Todas as medidas já executadas de forma preventiva são intensificadas e há atenção aos pontos mais vulneráveis, a exemplo do Largo da Aparecida, afetado por inundações.

Nessa localidade, a ação preventiva reflete no rápido atendimento à população que reside no local, de maneira a evitar danos humanos e materiais, com a retirada antecipada da população e dos seus bens, que foram acomodados em locais seguros com atenção de todo o aparato da gestão municipal, até a retomada da normalidade. Ao todo, 17 famílias foram realocadas, neste ano, sendo 14 delas acomodadas em pousadas e outras 03 na casa de familiares. Após o período de inundação, suas casas foram desinfetadas e os materiais realocados nas residências, com segurança, assim como houve devido acolhimento da população pela equipe da Assistência Social.

Além disso, todas as 210 ocorrências registradas junto à Defesa Civil, durante o período de alerta de chuva, foram prontamente atendidas pelas equipes que trabalham em sistema de plantão 24h, que atuam, sempre que necessário, em conjunto com os demais órgãos da Prefeitura de Aracaju, para mitigar os efeitos das chuvas ou de outras situações adversas, seja para recolhimento de entulhos, mitigação de pontos de alagamento, retirada de famílias em situação de risco, recolhimento de árvores com risco de colapso e outros. Há constante monitoramento e aprimoramento de ferramentas que otimizem os trabalhos das equipes.

**3) Estudo do Serviço Geológico Brasileiro, realizado em 2019, estimou que 7.640 pessoas vivem em áreas de risco em Aracaju. Quais são as medidas adotadas pela Prefeitura para mitigar, reduzir e eliminar estes riscos?**

**Resposta:** A partir do mapeamento das áreas de risco, há constante monitoramento com atenção às peculiaridades de cada região e das comunidades. Os dados coletados subsidiam ações estratégicas, com a execução de obras que eliminam os transtornos ocasionados pela chuva, a exemplo da reestruturação da Av. Euclides Figueiredo; a desobstrução de canais; além da fiscalização periódica das áreas vulneráveis, com a retirada, preventiva, de construções irregulares; cadastramento das famílias; ações educativas, com envolvimento da comunidade, de maneira a ampliar a percepção sobre riscos; a formação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdecs); e direcionamento prioritário do monitoramento dessas regiões no período chuvoso.

**4) A Prefeitura de Aracaju entende que as fortes chuvas registradas são parte dos efeitos das mudanças climáticas?**

**Resposta:** Diante da ininterrupta superação das médias históricas para acumulados de chuva, na capital, é possível verificar um novo cenário e novos desafios. É notório que os fenômenos naturais registrados em todo o mundo, guardadas as devidas proporções, afetam todas as regiões do país e Aracaju não fica de fora dessa realidade. Por isso, a Prefeitura de Aracaju atua no sentido de ampliar a capacidade de resiliência da capital, construindo e aplicando

estratégias que contribuem para a redução de impactos ocasionados pelos fenômenos naturais.

Com o Plano Local de Resiliência, Aracaju integra, inclusive, a Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes: Minha cidade” está se preparando, conforme critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. O compromisso assumido pela gestão municipal desde 2019 revela a atenção às transformações globais e o esforço para contribuir com a redução de impactos.

## **Prefeitura de Porto Alegre**

### **1) Quais os impactos causados pelas fortes chuvas registradas em maio?**

**Resposta:** A ocorrência grave foi no Morro da Cruz, onde 04 casas foram atingidas e duas pessoas ficaram feridas. Entre outras ocorrências de menor gravidade.

### **2) Quais foram as medidas adotadas pela Prefeitura em resposta às fortes chuvas?**

**Resposta:** Atendimento imediato a todas as demandas/ocorrências. A ocorrência do Morro da Cruz ainda merece atenção visto a necessidade de remoção de outras 27 famílias em decorrência do risco iminente que está instalado no local. As 27 famílias foram notificadas pela DC na última sexta-feira. Outros órgãos estão envolvidos nessa ação.

### **3) Estudo do Serviço Geológico Brasileiro, realizado em 2022, estimou que 84.460 pessoas vivem em áreas de risco em Porto Alegre. Quais são as medidas adotadas pela Prefeitura para mitigar, reduzir e eliminar estes riscos?**

**Resposta:** Está em estudo e reestruturação da Defesa Civil para que o órgão tenha as condições necessárias para o trato das áreas de risco, e das outras atribuições afetas ao órgão. Também estão sendo realizadas parcerias e provas de conceito para aprimoramento de previsões meteorológicas, capacitação dos agentes públicos e da comunidade. Existe um grupo de trabalho nomeado para análise e apresentação de soluções para a área de risco, que passam pela intervenção estrutural e, em último caso, remoção das famílias.

### **4) A Prefeitura de Porto Alegre entende que as fortes chuvas registradas são parte dos efeitos das mudanças climáticas?**

**Resposta:** Não é possível afirmar, mas o que se sabe é que as mudanças climáticas estão intensificando os eventos naturais.

### **5) Qual é a previsão para conclusão do Plano de Mudanças Climáticas?**

**Resposta:** O Plano de Ação Climática (Plac) de Porto Alegre tem como objetivo identificar e estabelecer medidas prioritárias concretas de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa, de mitigação e de adaptação (social, econômica, ambiental e territorial). O Plac também irá propor mecanismos e instrumentos que possibilitem a implementação pelo município das metas estabelecidas, como zerar as emissões até 2050. A cooperação técnica firmada entre a prefeitura e o Banco Mundial, ratificada durante a Conferência Mundial pelo Clima (COP27), financiou a contratação de uma consultoria técnica, formada pela WayCarbon, em consórcio com o ICLEI América do Sul, Ludovino Lopes Advogados e Ecofinance Negócios, por meio do

financiamento a fundo perdido, que terá como produto final o Plac, desenvolvido a partir de três etapas divididas entre: Engajamento e Mobilização; Diagnóstico; Desenho do Plano de Ação Climática. No fim desse processo, o projeto de lei será levado para a votação na Câmara de Vereadores. A *previsão de entrega é julho de 2024*.

## **Prefeitura de Recife**

### **Primeiro conjunto de perguntas**

- 1) Quais foram as ações previstas no Plano que foram adotadas/implementadas pela Prefeitura?
- 2) Como a Secretaria de Meio Ambiente avalia a implementação do Plano até o momento?
- 3) Quais as dificuldade/desafios encontrados para implementar as ações previstas no Plano?
- 4) Houve ações/medidas que a Prefeitura não conseguiu implementar como previsto? Em caso afirmativo, quais?
- 5) Existe uma lei municipal de mudanças climáticas ou o plano foi transformado em lei? Ou há planejamento neste sentido?
- 6) Qual é a importância de se ter um plano de ação climática?
- 7) E qual é a importância e o diferencial do Plano Setorial?

**Resposta:** De olho nas mudanças climáticas e firmando compromisso para tornar a capital pernambucana uma cidade mais resiliente e sustentável, desde 2014 foi sancionada a Política de Sustentabilidade e de Enfrentamento das Mudanças Climáticas do Recife (Lei Nº 18.011/2014), que estabelece instrumentos para a implementação, em nível municipal, de ações sustentáveis e de enfrentamento ao fenômeno do aquecimento global. Outra determinação da Política é a de que, a cada dois anos, seja apresentado o inventário de emissões da Prefeitura do Recife, elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAS).

A partir do primeiro inventário, finalizado em abril de 2014, foi feito o Plano de Baixo Carbono, que tem por objetivo reduzir as emissões das principais fontes de gases do efeito estufa. No início de 2015, foi lançado o 1º Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa da Cidade do Recife. Em novembro de 2015, a prefeitura instituiu o Decreto Nº 29.220, que estabelece as metas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa para os anos de 2017 e 2020. Em 2019, Recife deu mais uma prova de seu compromisso com o enfrentamento da crise climática global na construção de uma cidade mais sustentável, e reconheceu a Emergência Climática Global, estabelecendo diretrizes para combatê-la. Ainda, em 2019, foi lançado o primeiro Plano de Adaptação Climática do Recife (PLAC), intitulado Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas e Estratégia de Adaptação do Município do Recife, com ações para serem tomadas em regiões da cidade.

Em 2021, as ações executadas pelo Recife no enfrentamento aos efeitos da emergência climática credenciaram a cidade para a participação em mais uma importante rede global voltada ao desenvolvimento sustentável: a iniciativa Construindo Cidades Resilientes (MCR 2030), liderada pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres (UNDRR). Ao integrar a MCR 2030, a cidade se compromete a se tornar mais inclusiva, segura,

resiliente e sustentável até 2030, estabelecendo medidas eficazes para reduzir o risco de desastres climáticos. A capital pernambucana também lançou o Programa EcoRecife, que traz uma série de medidas concretas para estimular a mudança de comportamento em favor do meio ambiente. Entre as medidas, destaca-se a proibição de novas compras de material plástico de uso único (como copos descartáveis) no edifício-sede da PCR e a articulação para que outras instituições públicas e privadas sigam o exemplo, além de ações de eficiência energética e uso sustentável da água nas unidades do serviço público municipal.

Ainda em 2021, a cidade deu mais um importante passo em prol de um mundo mais sustentável com a adesão à campanha Race to Zero, coalizão de cidades de todo o mundo comprometidas com o desenvolvimento sustentável. A capital pernambucana é uma das primeiras no País a integrar este grupo e reforça o compromisso de concentrar esforços para zerar a emissão de gases poluentes até 2050. Recife também deu início ao Plano de Adaptação Setorial da Cidade do Recife (PASR). Alinhado ao Plano Recife 500 Anos, o projeto visa promover o progresso sustentável no meio urbano, aprofundando o conhecimento sobre riscos e vulnerabilidades de quatro setores - Saneamento Básico, Transformação Urbana, Mobilidade Urbana e Economia - e elaborar medidas de adaptação por meio de um processo participativo multissetorial.

O Plano Local de Ação Climática (PLAC) se baseia em três grandes princípios, que foram definidos a partir das aspirações da cidade: Justiça Climática, Soluções Baseadas na Natureza e Economia Verde. Essa iniciativa visa adaptar o território e reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa e se tornar neutro até 2050, enquanto o monitoramento das ações e estratégias climáticas do Recife - MOCLIMA tem como objetivo monitorar as ações e as mudanças que a cidade precisa até 2050.

O desenvolvimento do PLAC foi baseado na metodologia Green Climate Cities - GCC, desenvolvida pelo ICLEI no âmbito do Projeto Urban-LEDS I, e segue os princípios da ONU-Habitat. O GCC traz um passo a passo para os gestores municipais agirem no enfrentamento da mudança climática. A metodologia de Monitoramento das Ações e Estratégias Climáticas (MOCLIMA) também foi publicada seguindo o princípio da transparência das informações. A iniciativa utiliza indicadores de desempenho para monitorar, em tempo real, as ações do Plano Local de Ação Climática (PLAC) e as reduções de gases efeito estufa associadas. Com esta ferramenta, a gestão pública pode acompanhar o alcance das metas, perceber avanços e identificar possíveis necessidades de mudança nas suas estratégias climáticas. O Dashboard está disponível online, para que o progresso das ações promovidas pelo PLAC seja acompanhado por qualquer parte interessada. O Dashboard acompanha as ações e reduções previstas para os três anos-meta do PLAC (2030, 2037 e 2050).

Além disso, outras iniciativas acrescentam as ações de mitigação aos efeitos do clima, como a troca de todo o parque de iluminação pública da cidade por lâmpadas em LED, inclui também o Plano de Arborização e a instalação de placas solares nos equipamentos públicos, como as escolas municipais e o Hospital da Mulher. Outras ações já foram desenvolvidas pela Prefeitura, como a expansão da cobertura vegetal por meio do replantio de árvores com o consequente aumento no percentual de áreas permeáveis na cidade. A Prefeitura do Recife também investe em obras de macrodrenagem, que são essenciais para a melhoria do escoamento das águas de chuva na cidade. Será construído o Parque Alagável, dentro do projeto de urbanização e alargamento das margens do Rio Tejiipió, nas proximidades da

Avenida Recife, entre os bairros de Areias e do Ipsep. Os canais Parnamirim e Ibiporã serão beneficiados com serviços como revestimento de calha, urbanização e drenagem, a cargo da Autarquia de Urbanização do Recife (URB). Os canais Santa Rosa e ABC vão ser contemplados com obras de urbanização em um trecho, com melhorias como pavimentação da via, passeio e iluminação. O investimento total em macrodrenagem será de R\$ 12,8 milhões.

**URBANIZAÇÃO** - O investimento em infraestrutura de localidades vulneráveis também é um grande ativo na mitigação de problemas causados pelas mudanças climáticas. O Promorar é o maior projeto de requalificação urbana e social do Recife e vai melhorar as condições de vida de 40 comunidades vulneráveis, incluindo as áreas mais atingidas pelas chuvas de maio do ano passado. Entre as ações do ProMorar estão obras de macrodrenagem que visam a redução do risco de inundações, como o alargamento da calha e a dragagem de rios Tejipió, Jiquiá e Moxotó, além de investimentos em infraestrutura, habitabilidade e um robusto pacote de contenção de encostas em toda a cidade. A estimativa é de que mais de 200 mil recifenses sejam beneficiados com as obras dessas iniciativas. O programa está em curso, com investimentos na ordem de R\$ 1,5 bilhões.

**SUSTENTABILIDADE** - A gestão municipal inovou ao implantar, desde 2013, as Ecoestações, onde pode haver o descarte de objetos maiores como sofás, camas e demais eletrodomésticos. Atualmente há 10 Ecoestações instaladas no Recife, que estão nos bairros do Iburá, Imbiribeira, Campo Grande, Totó, Cohab, Torrões, Torre, Arruda, Pina (Via Mangue) e Iputinga. Além dos recicláveis, as Ecoestações recebem outros tipos de resíduos, como móveis velhos, restos de pequenas obras residenciais e outros materiais, evitando que os entulhos sejam descartados irregularmente em vias públicas ou nos canais.

**LIMPEZA DE CANAIS** - A Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb) vem trabalhando constantemente ao longo dos anos na execução de serviços que visam a minimizar os transtornos ocasionados pelas chuvas durante o período de inverno da cidade. Neste ano, a Autarquia deu início em janeiro às intervenções da Ação Inverno com a limpeza do Canal do Jordão, e vai dar continuidade nos serviços para beneficiar os 99 canais que cortam o município, num investimento de R\$ 8,5 milhões.

**ELIMINAÇÃO DE PONTOS DE ALAGAMENTO** - Outra importante intervenção realizada pela autarquia é a eliminação de pontos críticos de alagamento. Este ano, mais cinco pontos serão atacados para minimizar os efeitos das chuvas em logradouros públicos. Além disso, a Emlurb vai atuar na recuperação da parede de contenção de oito canais; recuperação de 273 escadarias e suas canaletas; recuperação/implantação de corrimão em escadarias, num total de 14,3 mil metros; e requalificação de passeios públicos em 112 logradouros.

**MOBILIDADE** - No eixo de mobilidade urbana, a Prefeitura do Recife tem avançado em intervenções que garantam o deslocamento das pessoas, não dos veículos e, conseqüentemente, fomentar práticas que diminuam a emissão de carbono. Iniciativas como a ampliação das faixas azuis garantem mais qualidade ao transporte público, com um tempo de deslocamento menor, e fomenta o uso de transporte coletivo. Ao todo, o Recife possui 69,73 km de corredores exclusivos, sendo 45,48 km implantados desde 2013 com o Projeto Faixa Azul, que já beneficia mais de 1 milhão de passageiros de ônibus todos os dias. Além disso, a ampliação da malha cicloviária tem sido um fomento importante à mobilidade ativa.

Atualmente, o Recife possui 174 km de malha cicloviária, entre ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas.

### **Segundo conjunto de perguntas**

- 1) O Plano Local de Ação Climática define como uma das metas de adaptação a elaboração de planos setoriais de adaptação até 2022. Estes planos já foram concluídos? Em caso negativo, qual é o motivo do atraso e qual é a previsão para conclusão?
- 2) Por que o painel de monitoramento do Plano Local de Ação Climática não traz informações sobre as seis metas de adaptação?
- 3) Como a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade avalia a implementação das ações previstas no Plano Local de Ação Climática?

**Resposta:** O dashboard presente em nosso site apresenta dados do acompanhamento das ações e reduções previstas para os três anos de meta do Plano Local de Ação Climática (PLAC): 2030, 2037 e 2050. Como explicado anteriormente, o PLAC visa adaptar o território e reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa e se tornar neutro até 2050, enquanto o monitoramento das ações e estratégias climáticas do Recife - MOCLIMA tem como objetivo monitorar as ações e as mudanças que a cidade precisa até 2050.

Para auxiliar na leitura desses dados, disponibilizamos também o [documento de apresentação](#) do MOCLIMA. Nele, é possível realizar uma leitura mais completa sobre os eixos, as metas e ações apresentados nos gráficos do dashboard.

A respeito do Plano de Adaptação Setorial da Cidade, este é um projeto executado pela Agência Recife para Inovação e estratégia (ARIES). Para mais informações, encaminho o contato da assessora de lá:

### **Prefeitura de Rio Branco**

#### **Primeiro Conjunto de perguntas enviadas à SEMEIA – Rio Branco**

- 1) **Em 2020, a Prefeitura elaborou um Plano de Ação em relação às mudanças climáticas. Quais medidas foram adotadas para implementação do Plano (incluindo, por exemplo, orçamento alocado para medidas do plano)?**

As ações previstas no Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima ainda não foram implementadas. Pois antes deste passo há a necessidade da criação do Comitê Intersecretarial de Mudanças do Clima para revisão e posteriormente a implementação das ações do Plano.

- 2) **Como a Prefeitura avalia a implementação do Plano?**

A Prefeitura avalia de forma muito positiva, pois as ações contidas no Plano se estruturará financeiramente o município para atender demandas sociais básicas e, concomitantemente, desenhar estratégias para enfrentar desafios climáticos.

**3) No ano passado, foi noticiado que o Plano entrou em processo de revisão com abertura de prazo para contribuições da sociedade. Por que o Plano está sendo revisto?**

Em 2019 a Prefeitura de Rio Branco firmou parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), objetivando elaborar o Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima e o Plano Municipal de Agricultura Familiar, considerando a necessidade de ordenamento e implementação destas importantes políticas públicas no Município. Foi realizada uma oficina onde reuniu-se gestores e técnicos dos órgãos federais, estaduais e municipais, organizações não governamentais, associação de produtores e representantes do setor privado, porém não envolveu a sociedade civil em si (população). Após o lançamento do documento observou-se a necessidade da contribuição da população, pois o objetivo da revisão é fazer aperfeiçoamentos e ajustes à luz da realidade atual da cidade. Portanto, considerou-se que participação social é essencial para a construção de uma proposta de revisão à altura dos desafios e pluralidades de Rio Branco.

**4) A Prefeitura entende que as enchentes registradas no final de março e início de abril deste ano fazem parte dos efeitos das mudanças climáticas?**

Não. A recente problemática enfrentada nos últimos meses se deu devido ao crescimento desordenado e sem planejamento da cidade, sendo assim o meio ambiente está cada vez mais sendo transformado pelas ações antrópicas, onde temos como consequência os problemas ambientais produzidos principalmente nas áreas de preservação permanente. Em Rio Branco a situação referente ao processo de urbanização tem ocorrido de forma desordenada, sem planejamento e sem respeito à legislação ambiental vigente, o que conseqüentemente tem gerado grandes impactos ambientais.

**5) Em relação às enchentes deste ano, quais bairros foram atingidos? Estes bairros são historicamente atingidos ou houve bairros que não são historicamente atingidos? Em caso afirmativo, quais?**

Devido o crescimento da população de forma desordenada, áreas onde deveriam ser preservadas, estão sendo degradadas e como exemplo disto temos as áreas de preservação permanente dos igarapés ocupadas desordenadamente. Ao todo, sete igarapés transbordaram em Rio Branco entre eles: Almoço, Judia, São Francisco, Dias Martins, Batista, Fundo e Liberdade. Essa foi a segunda maior alagação da história, tendo atingido 17m72cm e mais de 100 mil pessoas afetadas que residem às margens desses mananciais. Os bairros atingidos já passaram por histórico em alagações anteriores devido ao transbordamento do rio Acre, o fato de mais bairros serem atingidos se deu através do transbordamento dos igarapés citados a cima. Os bairros alagados pelo rio e igarapés foram:

1-Hélio Melo

2-Mocinha Magalhães (Igarapé São Francisco)



- 3-Vila Maria (Igarapé São Francisco)
- 4-Nova Estação (Igarapé Fundo)
- 5-Conquista (Igarapé São Francisco)
- 6-Bairro da paz (Igarapé São Francisco e Batista)
- 7-Parque das palmeiras (Igarapé Batista)
- 8-Raimundo Melo (Igarapé São Francisco)
- 9-Conjunto procon (Igarapé São Francisco)
- 10-Palheiral
- 11-João Eduardo II
- 12-Boa União
- 13-Bairro da Glória
- 14-Bairro Aeroporto Velho
- 15-Cidade do Povo (Igarapé Júdia)
- 16-Belo Jardim I e II (Igarapé Júdia)
- 17-Vila Belo Jardim
- 18-Recanto dos Buritis (Igarapé Júdia)
- 19-Canaã (Igarapé Júdia)
- 20-06 de Agosto
- 21-Cidade Nova
- 22-Triângulo Novo
- 23-Taquari
- 24-Base
- 25-Baixada da habitasa
- 26- Distrito Industrial (Igarapé Dias Martins)
- 27- Edson Cadaxo (Igarapé São Francisco)
- 28- Joafra (Igarapé São Francisco)
- 29- Oscar Passos I e II (Igarapé São Francisco)

## **Segundo conjunto de perguntas enviados à SEMEIA – Rio Branco**

### **1) Onde está previsto que é preciso primeiro criar o Comitê Intersecretarial de Mudanças do Clima?**

**Resposta:** A necessidade de estabelecer um Comitê intersecretarial para implantação de Plano Municipal de Mitigação e Mudanças do Clima refere-se à uma metodologia aplicada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para favorecer a articulação entre as diversas partes do complexo administrativo e descentralizar informações que cooperem com a elaboração, monitoramento e avaliação de dados, essa articulação é necessária pela busca da eficiência, do uso racional dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos, contando com as vantagens da abordagem intersetorial nas políticas públicas e a relevância da articulação entre os vários agentes que participam do processo, com o objetivo de possibilitar uma maior eficiência no gasto público e a transparência decorrente de um trabalho feito por várias instituições. Nesta proposta, o servidor público deve estar preparado para fazer prevalecer o interesse coletivo no desenho e implantação do Plano Municipal de Mitigação e Mudanças do Clima no município de Rio Branco.

### **2) Quando o Comitê Intersecretarial de Mudanças do Clima foi criado?**

**Resposta:** O Comitê Intersecretarial para a implantação do Plano de mitigação e mudanças climáticas está em processo de análise submetida ao Jurídico deste órgão competente SEMEIA.

**3) Qual é a previsão para finalização da revisão do Plano?**

**Resposta:** O Plano ainda não foi implantado, sendo assim não dispomos de um prazo para a finalização da revisão diante da não implantação do mesmo. O prazo será estabelecido de acordo com a implantação do Plano.

**4) Em relação aos bairros atingidos pelas enchentes recentes, houve então bairros/áreas que foram atingidos pela primeira vez? Ou todos os bairros já haviam sido atingidos? E dessa vez houve mais bairros sendo atingidos simultaneamente?**

**Resposta:** O histórico e controle dos bairros alagados constam na defesa civil, a Semeia não dispõe de dados com controle dos perímetros alagados.